

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 81ª
(OCTOGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 22 DE SETEMBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas, sem observações, as seguintes:

- Ata da 76ª Sessão Ordinária;
- Ata da 77ª Sessão Ordinária;
- Ata da 78ª Sessão Ordinária;

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

- Ata da 79ª Sessão Ordinária;
- Ata da 17ª Sessão Extraordinária.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.007, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 22 de setembro de 2016, fica transformada em comissão geral para debater “Os Reajustes Salariais dos Servidores Públicos do Distrito Federal”.

Quero saudar a presença de todos os trabalhadores e trabalhadoras aqui. Convido as Sras. e os Srs. Deputados, bem como todos os convidados que se encontram ali na antessala a participarem desta comissão aqui no plenário.

A Presidência vai suspender os trabalhos durante dez minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h26min, a sessão é reaberta às 15h33min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Declaro reaberta a presente sessão.

Ao dar boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater os reajustes salariais dos servidores públicos do Distrito Federal.

Convidamos para tomar assento à mesa as seguintes pessoas: o Sr. Secretário Adjunto de Relações Institucionais e Sociais da Secretaria de Estado da Casa Civil, Igor Tokarski; o Sr. Presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do Distrito Federal – SINDPEN/DF, Leandro Allan Vieira; a Sra. Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal – SINPRO/DF, Rosilene Corrêa Lima; o Sr. Presidente do Sindicato dos Médicos de Brasília – SINDMÉDICO, Gutemberg Fialho; o Sr. Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal – SINDIRETA, Ibrahim Yusef; o Sr. Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal – CUT/DF, Rodrigo Britto.

Quero fazer uma saudação a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras presentes nesta comissão e dizer da alegria que eu tenho de estar presidindo uma comissão tão importante como esta.

Quero agradecer à comissão de sindicatos que nos procurou para que pudéssemos fazer essa comissão. O fórum dos servidores públicos também nos procurou. Quero dizer que a Câmara tem um papel muito importante, porque, no ano passado, eu me lembro disso, durante as negociações com o Governo do Distrito Federal para o pagamento desses reajustes, nós tivemos uma participação com muita presença, com muito debate e várias reuniões com o governo. Intermediamos reuniões dos sindicatos com o governo das quais surgiu esse acordo e esse compromisso do Governo do Distrito Federal de pagar os reajustes agora no mês de outubro.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

Quero agradecer também ao Governo do Distrito Federal a presença do Igor aqui. O Governador me ligou mais cedo dizendo que teria, sim, representante aqui nesta comissão. Existia um zum-zum-zum, um boato de que o governo não mandaria representante, e o governo mandou, está aqui o Igor. Quero agradecer ao Governador a sua presença, Igor, e dizer que esperamos que o governo traga boas notícias para o conjunto da classe trabalhadora.

Esse é um debate importante. Espero que aproveitemos essa comissão geral e que possamos, de uma vez por todas, acabar com essa aflição que o conjunto dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras do Distrito Federal tem em função dessa dúvida se o governo vai ou não pagar os reajustes acordados no ano passado.

Quero lembrar que a Mesa foi acordada pelo fórum dos sindicatos. Nós vamos abrir para dez inscrições apenas. Então, quem quiser fazer uso da palavra já procure aqui a Rafaela. Nós vamos dar início aqui às intervenções.

Quero anunciar também a presença dos seguintes Deputados: o Exmo. Sr. Deputado Bispo Renato Andrade; o Exmo. Sr. Primeiro Secretário suplente em exercício, Deputado Agaciel Maia; o meu companheiro de bancada Deputado Wasny de Roure. No decorrer desta comissão, anunciaremos a presença de mais Deputados e autoridades que estiverem aqui presentes.

Passo a palavra ao Sr. Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal – CUT/DF, companheiro Rodrigo Britto, por cinco minutos.

SR. RODRIGO BRITTO – Companheiro Ricardo, boa tarde. Boa tarde à companheira Rosilene, a todos os componentes da Mesa, a todas e a todos os presentes no plenário nesta comissão. Agradeço ao companheiro Ricardo por ter atendido o pleito das entidades e estar realizando hoje esse debate que, para nós, é de suma importância.

A CUT, como Central Única dos Trabalhadores, tem como princípios o socialismo, a valorização do Estado, a garantia da cidadania plena; ou seja, que realmente os governos garantam saúde pública, educação pública, segurança pública, mobilidade urbana, todos os itens que compõem a cidadania plena com qualidade para a população. Para nós, é importantíssimo este momento, porque sabemos que, para termos um serviço público de qualidade, nós temos que ter uma valorização dos nossos servidores públicos. E a valorização começa a partir do momento em que os governos respeitam os servidores públicos e suas conquistas, uma vez que temos a clareza e participamos das lutas que resultaram nas diversas leis que garantem a recomposição da estrutura, ou seja, a recomposição salarial, que garante as estruturas de carreira. As vitórias conquistadas pelos servidores públicos não foram de graça, foram realmente conquistadas, e essas conquistas têm que ser valorizadas.

Então, não tem como termos aqui, na Capital do País, um governo que não respeite, que não valorize, que não cumpra as leis. A gente espera não ter que continuar falando – hoje a Central Única dos Trabalhadores fala – que desejamos

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

ter, em Brasília, um governo caloteiro. Queremos que os direitos dos servidores públicos sejam respeitados e garantidos. O governo já tentou passar a perna nos servidores públicos, uma vez que armou todo um esquema para considerar as conquistas ilegais por meio de Adin, mas perdeu no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Cabe agora cumprir o que a lei determina e, caso não cumpra, a gente sabe o que vai ocorrer: Brasília vai parar e, com certeza, a Central Única dos Trabalhadores também. E não são apenas as nossas entidades filiadas ao serviço público. Todas as entidades de Brasília filiadas à CUT colaborarão. Ou o governo não lembra o que aconteceu na Rodoviária, quando mandou a polícia militar agredir os professores no Eixão Norte? Os nossos companheiros pararam a Rodoviária e os nossos trabalhadores rurais fecharam as rodovias em apoio aos professores. É isso o que vai acontecer, mesmo com o decreto encaminhado pelo governo agora, dizendo que trabalhador rural que for à manifestação vai ser retirado do programa de assentamento. Um governo que quer atacar trabalhador, que não respeita as leis, não merece o nosso respeito.

Esperamos que hoje, aqui, seja anunciada outra posição por parte do governo e que a gente possa estabelecer uma nova relação, respeitosa. Agora, se não for manifestada uma nova posição, que realmente aponte que as leis serão garantidas e os trabalhadores respeitados, o que cabe à CUT é chamar as suas mais de cem entidades filiadas para apoiar a luta dos servidores públicos em Brasília.

É isso o que temos para falar. Esperamos poder construir uma nova história com o Governo do Distrito Federal, senão iremos às ruas, que é o nosso lugar, apoiar os servidores públicos.

Obrigado e boa tarde a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Rodrigo, Presidente da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal.

Passo a palavra agora para o Sr. Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal, Ibrahim Yusef.

SR. IBRAHIM YUSEF – Boa tarde a todos os colegas. Na pessoa do nosso Deputado Distrital que fez o pedido desta comissão geral, quero cumprimentar os demais da Mesa, as entidades representativas; o Secretário de Estado da Casa Civil, Igor; o guerreiro do Sindpen, Leandro Allan; a Rosilene, do Sinpro; o Gutemberg, do Sindmédico, e os demais companheiros, sem deixar de dar um alô aos colegas servidores, aos presidentes das associações presentes, ASSOSEHORA – Associação dos Servidores e Empregados Públicos do Na Hora, Ascap, Asspolo, Assec, e as demais entidades que estão aqui.

A grande realidade é que o movimento sindical está com uma certa dificuldade de conversar com o Governo do Distrito Federal, até porque ele ainda insiste em nos informar somente pela imprensa a situação desse pagamento. E, aí, causa-nos estranheza, Sr. Deputado, porque a nossa negociação... Inclusive, uma

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22 09 2016		15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA		5

das matérias para a gente suspender a greve de 33 dias dentro do serviço público foi quando o governo, nas suas próprias palavras, disse que iria pagar o retroativo dos servidores. Essa foi a justificativa. E aí a gente entendia... Existe um calendário de pagamento – isto está na grande mídia, foi publicado –, oferecido pelo próprio Governo do Distrito Federal, que coloca as categorias... uns recebendo em setembro, outros em outubro, novembro, enfim, até dezembro.

Nem os números estão de acordo, porque o Secretário da Casa Civil vai à grande mídia dizer que esse impacto, a dívida do governo é de 1 bilhão e 500 milhões de reais, mas a gente não sabe de onde tiraram esses números. Fazendo aqui os cálculos, vemos que está dando 459 milhões de reais por ano. Isso, contando com o décimo terceiro. Qualquer um que entende um pouquinho de matemática percebe que, se se dividisse isso aí por treze, daria um impacto de 32 milhões de reais por mês, e não 1 bilhão e 500 milhões, como o governo está colocando na grande mídia, até para difamar os servidores públicos. Ele está colocando uma política difamatória dentro de um Estado que tem mais de 250 mil servidores públicos. Isso causa estranheza, porque esse mesmo governo, no momento em que se instalou no Palácio do Buriti, convocou um fórum das entidades sindicais e, naquela época, a gente já cobrava uma conversa com o Governo do Distrito Federal. Mas ele insiste no enfrentamento. Não houve uma discussão, inclusive, sobre o empréstimo do IPREV, dos imóveis. É tudo de goela a baixo.

Então, esperamos desta Casa... Esta Casa, que sempre se colocou à disposição dos servidores públicos... Logo no início, já havia sido encaminhado um pacote de maldades, tirando nossos direitos, tirando nossas conquistas. Vejam o momento de conturbação que há dentro da categoria dos servidores públicos: a cada momento, vem, através da imprensa, a retirada disso, a retirada daquilo; e a sua própria equipe econômica nem passa os números para a gente. Só nos resta saber hoje, do próprio governo aqui representado, que dia será o pagamento dos servidores, porque, até então, a negociação seria agora, para outubro, para os salários de setembro, pagos no dia 5 de outubro. Até agora, a gente não tem uma resposta, e a grande mídia só fala que se vai pagar em novembro. Então, como ele deu a garantia para a gente, Igor? Ele iria também pagar esse retroativo. Quer dizer: está-se somando mais um passivo para os trabalhadores e servidores públicos.

Então, essa é a nossa motivação. Até para dizer que nós, servidores públicos, estamos radicalizando, mesmo porque notificamos o governo.

Estivemos lá no Palácio do Buriti, com mais de dezessete sindicatos, e até agora não tivemos a resposta. Só nos restou bater na porta desta Casa, para chamar uma comissão geral, chamar uma audiência pública para essa tratativa. Ainda bem que teve pelo menos um do governo para nos dizer qual é a nossa data e que dia vamos receber.

Muito obrigado.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22 09 2016		15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA		6

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, Sr. Ibrahim Yusef.

Anuncio a presença do Deputado Chico Vigilante neste plenário e concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me a liberdade, com todo o respeito, de cumprimentar toda essa Mesa de lideranças sindicais, na pessoa da companheira Rosilene Corrêa Lima, tendo em vista ser a única mulher nela, o que é motivo de orgulho para todos nós. Cumprimento os demais também.

Hoje, pela manhã, houve outra audiência pública para tratar do Fundo Constitucional com o pessoal da Polícia Civil. Foi uma audiência boa, grande, no auditório da Casa. Entendo, Deputado Ricardo Vale, que é extremamente oportuno este momento aqui, em que esta Casa abre as portas em um momento crucial para os servidores públicos.

Em primeiro lugar, eu queria registrar um pouco do histórico. Em 2010, a folha de pagamento bruta chegava à casa de 13 bilhões e 530 milhões de reais ao ano. Em 2011, quando assume o novo governo, essa folha vai para 15 bilhões e 770 milhões de reais, face o famoso compromisso do ex-Governador Wilson Lima, e esse crescimento é de 16,6%. O Governador à época, Agnelo Queiroz, o manteve, não titubeou e cumpriu-o. Já em 2014, ele entrega o governo com um gasto da ordem de 20 bilhões e 900 milhões de reais, e, em 2015, quando o novo governo recebe, ele é de 25 bilhões e 600 milhões de reais, um impacto de 22,5%. Entretanto, há uma variável importante. Enquanto, em 2011, foi necessária a pedalada, Deputado Ricardo Vale, em 2015, não foi necessária a pedalada, e estão aqui as treze folhas de pagamento. Então, temos que entender o contexto dos 22%.

Esse é ponto em que o Governador Rollemberg assume. É claro que o cenário econômico é da maior dificuldade, não há dúvida disso, e eu diria até, exceto um mês em que houve um pequeno atraso, que ele não atrasou os pagamentos. Mas há um fato que – permita-me aqui, não quero criar dissensão nas categorias – retrata um tratamento diferenciado, porque quem governa, governa para todos. Quem aplica uma regra tem que aplicar para todos, mas não foi o que aconteceu. Em janeiro de 2015, havia os impactos daqueles reajustes concedidos aos procuradores, auditores e defensores. O governo corretamente os cumpriu – o que ele devia ter feito com as demais categorias (Palmas.). Acho que aí pesa ao governo dar uma explicação do tratamento diferenciado porque são exatamente as carreiras mais bem remuneradas que são honradas nos seus pagamentos e, naturalmente, inclusive, em algumas delas, tivemos o avanço do pagamento da advocacia feita no âmbito do Estado, sobretudo proveniente das dívidas, que passou a ser também um reforço na remuneração.

Bom, nós temos também uma notícia importante. É verdade que, em 2015, o governo teve uma queda no Fundo Constitucional de magnitude expressiva, que, até

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22 09 2016		15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA		7

então, não havia ocorrido: quase 4%, o que representou por volta de 380 milhões de reais do Fundo Constitucional. Isso, claro, tem um efeito na Fonte 100 do Distrito Federal em função das categorias da saúde e da educação. Mas há um fato inusitado agora – e eu ainda estou acreditando que o governador vá honrar esse mês de setembro –, que foi uma importante decisão sobre o Fundo Constitucional. O Fundo Constitucional sai de 12 bilhões e pouco neste ano para o ano que vem ser superior a 12 bilhões e 800 e poucos milhões de reais. E, na realidade, esse numerário sobe na medida em que inclui mais de 200 bilhões a título de RPPS – Regime Próprio de Previdência Social, que é a Fonte 900.

Eu quero chamar a atenção porque a coisa é muito dramática. Crucificaram a Presidente Dilma recentemente, puseram-na para fora, mas nós votamos aqui nesta Casa dois créditos sem respaldo no numerário, mas nem por isso o governo... O governo precisava completar o Orçamento para honrar a folha de pagamento porque o Orçamento não era suficiente, não havia lastro orçamentário, e assim mesmo foi votado e aprovado. Então, são momentos que vivemos e que devemos recapitular nesse processo. Para publicidade, também não faltaram recursos. Para se ter ideia, em um ano e nove meses de governo, nós tivemos mais de 200 milhões para publicidade.

Então, nós precisamos ter claro que, na medida em que o governo se fecha, não dialoga e não passa a mostrar o entendimento de como as coisas poderão ser trabalhadas, isso, consequentemente, repercute negativamente na sociedade. Para vocês terem ideia, essa postura que o governo tem tido na área da segurança está trazendo enorme dificuldade à gestão da segurança. Os índices relativos à segurança no Distrito Federal estão se deteriorando aceleradamente. Eu vou dizer algo que todos sabem que está acontecendo: nós temos um conflito surdo, que já está até na mídia, Policarpo, entre a Polícia Civil e a Polícia Militar. É um conflito que hoje toma conta das manchetes do Distrito Federal. O momento é extremamente delicado.

Estive com o Deputado Raimundo Ribeiro numa audiência de manhã – lá estavam também os Deputados Federais Rôney Nemer e Izalci Lucas – e eu já tinha conversado com o Deputado Federal Laerte Bessa. Deputado Ricardo Vale, Igor, para vocês terem ideia, o que o governo faz nesse processo com o Fundo Constitucional? Para tentar reduzir o tensionamento na área da segurança, quando ele manda a LDO para esta Casa, o Orçamento para a Polícia Civil, por exemplo, é superior a 2 bilhões. O governo trabalha com um percentual de correção menor do que efetivamente ocorre, o que possibilita que depois o Fundo cresça em mais 100 milhões. O que o governo fez? Ao mandar a mensagem para a Secretaria de Orçamento Federal, o governo reduziu para cerca de 1 bilhão e 700 milhões o orçamento integral da Polícia Civil. Ele faz a mesma coisa, não no mesmo percentual, no caso da Polícia Militar e reforça a rubrica da saúde, sobretudo. Mas qual é a estratégia do governo? O governo dá uma ampliada no custeio, diminuindo principalmente em pessoal, e dá uma ampliada significativa no investimento. Igor, a nossa preocupação é que nem os recursos de 2015 o governo está conseguindo gastar e empenhar, que são os

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

recursos para investimento. O governo empenhou 135 milhões no final de 2015, algo que já entra no início do novo ano, 2016, com os novos recursos para investimento. Então, você tem um empenho ao fechar o Orçamento, como alguns chamam, empenho de capa; tem dificuldade de executar, porque aí você tem que ter projeto executivo, edital de licitação, a empresa que ganha não quer assumir porque o preço não valeu a pena e uma série de coisas!

Então, essa é outra fonte de que o governo tem perdido recursos. E agora ele reforça ainda mais os recursos para investimento, sendo que não está dando conta nem de gastar o que está empenhado, nem de gastar o que está previsto no Orçamento deste ano para a área da segurança. Toda essa coisa tem sido dita para as autoridades da área econômica. Temos feito essa discussão.

Para encerrar, quero aqui comemorar com vocês um importante estudo que foi feito pela nossa assessoria. Lá pelo mês de maio, nós levamos à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e depois passamos para as autoridades econômicas do Distrito Federal e para o próprio Governador a necessária revisão do cálculo do Fundo Constitucional. No início do ano passado, Renato – acho que você vai se lembrar, porque eu falei neste plenário –, esse montante era da casa de 1 bilhão e 290 milhões. Agora, o Tribunal de Contas do Distrito Federal reconhece que os cálculos são procedentes, e o Tribunal de Contas da União também reconhece essa procedência e que são corretos os cálculos que foram feitos. No entanto, felizmente, o governo está tentando ver se coloca na caixa esse recurso. Acho que esse é o exercício que a gente pode fazer para colaborar com o movimento. Contem conosco aqui da Liderança do Partido dos Trabalhadores, que a nossa tarefa é continuar apoiando o movimento dos trabalhadores.

Mais uma vez, colega Deputado Ricardo Vale, parabéns pela iniciativa e parabéns aos líderes mobilizados para cobrar aquilo que foi uma conquista deles.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Sr. Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal – SINDMÉDICO, Gutemberg Fialho, e logo em seguida ao Deputado Bispo Renato Andrade.

SR. GUTEMBERG FIALHO – Cumprimento a Mesa na pessoa do seu Presidente, Deputado Ricardo Vale, já lhe agradecendo por ter permitido que nós estejamos aqui nesta comissão geral para discutir esse assunto; o Rodrigo, Presidente da CUT; o Sinpro; o Secretário Adjunto Igor Tokarski; o Leandro, Presidente do Sindpen; o Ibrahim Yusef, Presidente do Sindireta; o Deputado Bispo Renato Andrade, o Deputado Raimundo Ribeiro, o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Wasny de Roure, que acabou de falar. Cumprimento-o pelas brilhantes colocações. Os números são esclarecedores. Quero cumprimentar os presentes na

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22 09 2016		15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA		9

figura do Vice-Presidente do Sindicato dos Médicos, Dr. Carlos Fernando, e do meu amigo Diretor da Nova Central, Negreiros.

Bem, meus amigos, nós estamos aqui para tentar esclarecer se nós vamos receber a terceira parcela do nosso reajuste – outras categorias têm outros ganhos que não são reajustes, são incorporações de gratificações. A fala mais esperada aqui com certeza não é a minha, é a sua, Igor. Está todo mundo ansioso para ouvi-lo.

A gente faz uma retrospectiva. Nós iniciamos o Governo Rollemberg em 2015 com agressão aos servidores. A crise foi em decorrência do aumento dos servidores públicos. Enfrentamos uma batalha jurídica com o apoio desta Casa, com o apoio da Procuradoria dos Deputados aqui presentes, na questão da inconstitucionalidade dos nossos reajustes, que foram referendados pelo Tribunal de Justiça numa votação histórica de 17 a 0. E o governo ficou durante todo o período dizendo que ia cumprir a lei. Nós estamos chegando a 5 de outubro e o governo, com o discurso de cumprir a lei, não cumpriu. E nós estamos hoje, 22 de setembro, sem uma definição se o que foi prometido naquela época, no final de 2015, vai ser cumprido, que é o pagamento da terceira parcela do reajuste, que varia entre 3% e 5%.

Portanto, o principal problema deste governo, Igor Tokarski, é a crise de confiança. Nós, ao olharmos as ações e as manifestações do governo, não sentimos confiança. E nós temos, nesse período, um processo inflacionário que está acabando com os salários dos servidores. Temos uma inflação do período de 10%, quando do pagamento da terceira parcela do reajuste, que era em média de 5. Teríamos um reajuste e já perderíamos para uma inflação de 10%. Estamos chegando a esse segundo período, Deputado Wasny de Roure, com um acúmulo de mais 9,7%. Então, nós temos uma perda salarial de 20% e com ameaça de não ser pago o nosso reajuste. Saiu ontem no *Correio Braziliense* uma matéria mostrando que os salários perdem para a inflação. Isso afeta todo o orçamento doméstico, todo o planejamento dos servidores públicos. É necessário que o governo se manifeste e traga tranquilidade ao servidor ou dê um norte para que o movimento sindical se organize. Vai haver realmente o pagamento ou não? Vejam que ainda não se colocou em discussão a reposição das perdas inflacionárias, que é constitucional.

Nós tivemos, durante todo aquele período de início do governo, com ameaças de parcelamento dos salários, uma ansiedade e uma angústia dos servidores cancelando faculdade de filhos e outros compromissos, porque não sabiam se iam receber os salários em dia. Com a manifestação do governo de que ia cumprir a lei, já se passou a colocar no orçamento os 5% da terceira parcela. E o governo não cumpriu.

Nós temos uma economia que está tendo cada vez mais problemas. Algumas declarações de representantes dos setores produtivos, que eu vou ler para os senhores, mostram a situação a que chegamos, na economia da cidade, por falta de transparência e confiança no governo.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

“O nível de endividamento do brasiliense é mais alto do que a média nacional e os servidores têm uma capacidade maior de fazer dívida pelo manto da estabilidade, mas, à medida que se sentem ameaçados com a falta de pontualidade nos pagamentos, param de consumir.”

Adelmir Santana, Presidente da FECOMÉRCIO – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal.

Esta incerteza faz com que o consumo diminua e aumente o desemprego.

Álvaro Siqueira Júnior, Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas do DF, diz: “Sofremos mais do que muitos lugares do País. Sem receber os salários integralmente, os funcionários públicos somem, e eles são importantes consumidores para formarem a classe média local”.

Quando ele fala que os servidores não recebem os salários integralmente, é porque, notadamente na área da saúde, o governo não paga gratificações obrigatórias, como a gratificação por insalubridade e a gratificação de titulação. Nós não entendemos qual a motivação de o governo precarizar os salários dos servidores quando eles fazem jus a estas gratificações. O que preocupa os comerciantes e as associações é que, antes, a estabilidade do funcionalismo público e a dependência econômica do governo amortizavam as crises econômicas nacionais.

Cleber Pires, Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, observa: “Quando o governo atrasa os salários, são milhões de reais que deixam de ser movimentados. Se nada mudar, muitos comerciantes encerrarão as atividades até o meio deste ano”, dizia ele na ocasião. E nós temos centenas de comerciantes fechando suas portas. Usando a expressão do Cleber Pires, a principal grife de Brasília hoje é: vende-se, aluga-se ou passa-se o ponto.

Portanto, meus amigos, nós esperamos que este governo trate com mais consideração e respeito o servidor público.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Gutemberg Fialho, Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal.

Quero anunciar a presença do Deputado Federal Rôney Nemer e da Deputada Federal Erika Kokay. (Palmas.)

Convido a fazer uso da palavra o nosso colega, Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizá-lo pela iniciativa. Quero cumprimentar o Igor; o meu amigo Leandro; a Rosilene, do Sinpro; o meu amigo Gutemberg, do Sindmédico; o Ibrahim; o Rodrigo Britto, da CUT; o Rôney e a Erika, Deputados Federais; o Raimundo e o Chico, Deputados Distritais; a minha fala não será do tamanho da do Wasny, com toda certeza.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22 09 2016		15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA		11

A primeira pergunta que eu fiz exatamente ao José Flávio e ao Igor é se teriam uma boa notícia para os nossos servidores públicos do Distrito Federal. Eu acho que pagar o reajuste não é um favor, é uma obrigação.

Nós já ouvimos muito aqui, hoje, e logicamente espero ouvir, Igor, com toda certeza... Infelizmente, Brasília, não é de hoje, está parada, porque infelizmente o Governador ainda não tomou posse. No dia em que ele tomar posse, com toda certeza, Brasília começa a andar e tomar rumo naquilo que nós aguardamos, porque, quando não se trata bem o servidor público, vai se tratar bem quem? Ele consegue desagradar toda a classe do Distrito Federal, todos os servidores, toda a população, desde o Sol Nascente até o Lago.

Tudo isso que a gente começa a perceber é que a gente erra. Bem, eu não errei, porque eu não votei neste Governador que aí está. Eu fiz com muita honra parte do governo passado. Reclama-se tanto do governo que passou, do Governo Agnelo, mas sentimos saudades, porque, pelo menos, quando ele falava, ele conseguia cumprir aquilo que era o compromisso que ele tinha com a população do Distrito Federal. Hoje eu vim aqui apenas para dizer isso. Eu espero que este Governador respeite pelo menos o servidor público do Distrito Federal, porque, viu, Gutemberg, você disse uma coisa importante, se ele não trata bem o servidor público e despreza a classe do setor produtivo, então é porque quer ver Brasília na falência. Vim aqui dizer para vocês: contem comigo, porque nós dizemos não ao calote ao servidor público do Distrito Federal. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade. Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Ricardo Vale; o Secretário Adjunto de Relações Institucionais, Igor Tokarski – tenho pena de você, Igor –; o Presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias, Leandro Allan; a Diretora do Sindicato dos Professores, Rosilene; o Gutemberg, Presidente do Sindicato dos Médicos; o Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos, Ibrahim; o Presidente da CUT, Rodrigo Britto, e todas as lideranças dos servidores públicos que estão aqui.

Primeiro eu quero parabenizá-lo, Deputado Ricardo Vale, pela iniciativa e quero parabenizar os servidores também pelo poder de mobilização. Hoje de manhã, eu estive em uma audiência com os policiais civis do Distrito Federal para discutir a gestão do Fundo Constitucional. Ali eu disse e quero repetir aqui: é muito triste que no Distrito Federal, na Capital deste País, nós tenhamos que mobilizar inúmeras pessoas para discutir o óbvio. O que é o óbvio? O óbvio é cumprir a sua palavra. É você fazer aquilo que você disse que ia fazer. Até porque a ninguém é dado, a nenhum governante é dado o direito de ser caloteiro, de faltar com a palavra. Você empresta ao eleito o poder de representá-lo, você empresta ao eleito o poder de conduzir a máquina administrativa, mas não lhe empresta o poder de faltar com a palavra. E eu me lembro bem, até porque, de triste memória, fui líder desse governo

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	12	

nos três primeiros meses desse governo e sei das dificuldades que foram herdadas, mas sei também que o governo teve muito tempo para resolver. O governo no ano passado conseguiu, com a compreensão de todos os servidores – mesmo já amparado por uma decisão judicial –, postergar um direito que tinha sido conquistado em lei. E agora, neste momento, acena com a possibilidade de, novamente, não cumprir aquilo que a lei determina? Aí, realmente, é abusar da boa vontade das pessoas. Aí me perdoe se tem alguém que tenha ainda simpatia. Mas aqui nós não estamos falando nada nem no aspecto partidário, nem ideológico, nem coisa nenhuma. Eu, na minha vida privada, e qualquer um de vocês não temos o direito de não pagar as nossas dívidas. Por que o governante se arroga no direito de fazer o que bem entende e fazer ouvido de mercador? Isso não é possível.

Eu tinha dito que o serviço público é, talvez – talvez não, com certeza, Deputado Bispo Renato Andrade –, uma das funções mais nobres que nós podemos ter. Eu digo isso porque tenho muito orgulho de ser servidor público. Eu sou servidor público desde o dia 23 de maio de 1977. E olha, o serviço público é, realmente, uma missão em que você vai assistir a população que lhe paga, a população que precisa de você. E quem conduz isso, circunstancialmente, é aquele sujeito que é eleito Governador. Mas ele tem que ter aptidão para isso. E aqui eu não estou falando nem mal nem bem. Eu estou apenas caracterizando, aliás, eu estou relembando algumas características do governante. O nosso governante tem como característica principal a lerdeza. Todo mundo sabe disso. Eu não estou inventando nada. É lerdo. Nunca apresentou, ao longo da sua trajetória, nada que pudesse autorizar que ele pudesse fazer alguma coisa. E aí, meus amigos, no mínimo, você precisa formar uma boa equipe. Temos lá pessoas valorosas, como você, Igor, companheiro antigo. Mas, aqui entre nós, temos pessoas lá que se escondem na burocracia para justificar o não fazer o que tem que fazer.

Então, eu acho que é hora, sim, das pessoas... Já que o Governador conseguiu a proeza de tirar um atestado de incompetência feito pelo Tribunal de Contas da União – e não sou eu quem digo... Foi o Tribunal de Contas da União que disse que este governo é incompetente para gerir os recursos do Fundo Constitucional. E mais do que isso. Então, é hora, já que não consegue gerir, por favor, de não atrapalhar a vida das pessoas. Não use a administração, a máquina administrativa do Distrito Federal para prejudicar as pessoas. Não faça o que está fazendo, que é colocar duas instituições armadas, a Polícia Civil e a Polícia Militar, uma contra a outra. Não coloque servidores públicos brigando entre si. Tenha responsabilidade.

A característica principal que este governo nos trouxe, eu sou obrigado a reconhecer, é a idiotização da função governamental. É uma pena isso! Estou torcendo para que este ciclo seja interrompido antes dos quatro anos, mas é preciso que as pessoas façam realmente a cobrança dos seus direitos.

Infelizmente, boa parte da imprensa está entorpecida pelas verbas de publicidade. Não estou falando nenhum segredo para ninguém. Não contem com a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

grande imprensa para ficar dizendo que vocês estão entrando de greve porque têm direito a entrar de greve. Vocês têm direito de exigir o cumprimento da lei, mas ela não vai dizer isso. É necessário voltar aos velhos tempos, Policarpo, quando se ia à Rodoviária panfletar e mostrar para a população que o serviço público não vai funcionar por culpa exclusiva do Governador do Distrito Federal, Rodrigo Sobral Rollemberg. É fundamental que se diga isso. (Palmas.)

Nosso mandato aqui na Câmara Legislativa tem sido muitas vezes criticado, sabem por quê? Porque o Governador não aceita que ninguém pense diferente dele, não aceita que se critique. O que ele acha é que, sendo eleito Governador, assumiu como imperador. Mas aqui ele não vai ser imperador não. Aqui ele vai se submeter à lei. Pode até demorar, sabemos que às vezes as coisas demoram, mas vai acontecer. Vai acontecer porque Brasília não merece passar por essa vergonha que é o Governo do Distrito Federal atual.

Então, contem com o nosso mandato. Se acharem que nosso mandato pode ajudá-los a ir acampar, a fazer uma ocupação pacífica lá no Buriti, contem conosco.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Concedo a palavra ao Deputado Federal Rôney Nemer.

DEPUTADO FEDERAL RÔNEY NEMER – Boa tarde a todas e todos. Cumprimento o Deputado Ricardo Vale, Presidente desta comissão geral, e o parabeno porque traz um assunto que é muito importante para todos nós servidores. Na sua pessoa, cumprimento todos os presidentes de associações e entidades aqui presentes. Cumprimento todas as mulheres aqui presentes na pessoa da Deputada Federal Erika Kokay, e os presidentes de sindicatos e entidades na pessoa do Ibrahim, Presidente do SINDIRETA – Sindicato dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Tribunal de Contas do Distrito Federal, sindicato ao qual pertencem. Cumprimento o SINDAFIS – Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal também, sindicato ao qual pertencem também.

Deputado Ricardo Vale, nós vivemos, como Presidente da CEOF, esses 32 planos de carreira no mandato passado em que nós trabalhamos aqui. Nós aprovamos 32 planos de carreira. Depois vivemos uma dificuldade porque judicializaram o aumento, o aumento correto, o aumento feito por esta Casa dentro da legalidade. Eu era o Presidente da CEOF. Discutimos em todas as comissões, foi aprovado pela unanimidade dos Deputados, mas judicializaram esse aumento dizendo que o aumento tinha sido irresponsável, ilegal. Foi para o TJ, foi para os órgãos, para a Justiça. Nós ganhamos. Aí, todo mundo fazendo greve, chama-se para uma negociação e pede-se um prazo. Todo o conjunto de servidores, sindicatos, associações, todos aceitam a negociação, mesmo sabendo que o salário do servidor não é a causa do problema do Estado. O salário do servidor não é gasto,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

é investimento, porque o servidor devolve em serviço prestado de ótima qualidade à população do Distrito Federal. (Palmas.) E aí, o governo pede um prazo. Todos – eu participei com aproximadamente doze sindicatos na mesa de negociação com o Governador – aceitam, mas de repente vem essa história de que não sabe se vai pagar. Isso é muito ruim. Nós estamos vivendo um momento difícil, a inflação está aí batendo à porta de todo mundo, está tudo aumentando. Por que a culpa sempre sobra para nós servidores públicos? Você deve ser a última pessoa a falar, para que diga que, efetivamente, no salário de outubro virá o aumento para todos os servidores, porque é isso que todo mundo espera. Não só haverá aumento para os servidores, há o pessoal do SLU que está aqui, que ficou sem o aumento. Foi retirado o aumento dos servidores do SLU não no mérito; perdeu numa Adin, no vício de origem.

Então, não custa nada o governo ter a sensibilidade de mandar para esta Casa o aumento aos servidores do SLU, que ficaram sem ele. As famílias tiveram mil e quinhentos reais, de maneira genérica, retirados dos seus salários. É preciso que o governo mostre a que veio. Ele tem que ter coragem de fazer as coisas. Teve coragem para se candidatar, foi eleito Governador, é o Governador. Apesar de eu não ter votado nele, mas a maioria votou. Portanto, é Governador do Estado e tem que ter coragem para fazer.

Eu quero parabenizar os que estão aqui hoje. No da Polícia Civil hoje pela manhã, do Fundo Constitucional, não veio um representante. Isso é ruim. Esta Casa tem que ser respeitada. Eu estou agora na Câmara dos Deputados aprendendo lá, mas aqui também tem que haver respeito. Todos os lugares, todos os poderes devem ser respeitados. O servidor público tem que ser respeitado, eu acredito nisso.

Outras discussões, a gente discute aqui. Temos um bem comum, que é defender o servidor público. Esta é a grande realidade: estamos do mesmo lado na defesa do servidor público. Não é com ofensas e vaias que se conquista. E essa história de achar que a defesa do servidor é partidária, ela não é. Ela é do servidor público de uma maneira geral. Nós todos, servidores públicos, nós nos defendemos. Essa é a grande realidade.

Eu queria aqui agradecer, Deputado Ricardo Vale, pelo trabalho.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Pessoal, vamos respeitar a intervenção do Deputado Rôney Nemer, por favor.

DEPUTADO FEDERAL RÔNEY NEMER – Deputado Ricardo Vale, eu o parabenizo por este trabalho, por esta comissão geral. Precisamos efetivamente que o Governador tome uma posição. Defender servidor público não é de partido, não é de bandeira: é de servidor público.

Um abraço! Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

Eu convido agora para fazer uso da palavra a Sra. Diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal – SINPRO DF, companheira Rosilene Corrêa Lima.

SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA – Cumprimento a Mesa na pessoa do companheiro da minha central, do qual tenho muito orgulho, o Sr. Rodrigo Britto. Agradeço ao Deputado Ricardo Vale pela iniciativa. Esta comissão geral é de extrema importância, fico quase comovida com alguns discursos.

Quero pedir licença para lembrar aos meus colegas – eu sei que todo mundo aqui acompanhou ou está acompanhando – o que significa o PL 257. Eu quero lembrar que a bancada do Distrito Federal, com exceção da Deputada Erika Kokay, que está aqui e quero aplaudi-la, foi a única que teve compromisso com os trabalhadores deste País. A gente precisa registrar isso aqui. Infelizmente, alguns discursos que vêm aqui são contraditórios na prática que está acontecendo no Congresso Nacional. Ou a gente tem lado, ou a gente não tem lado, não só nas conveniências. Senão, fica muito fácil vir aqui fazer um discurso que agrada a todo mundo. Peço desculpas, mas eu não poderia deixar de registrar isso.

Hoje tivemos uma assembleia, e quero cumprimentar meus colegas que a estão acompanhando. A categoria deu a resposta necessária e já deu demonstração de que não aceitará calote pela segunda vez. Eu não quero ter que ir para cima de um caminhão daqui uns dias e puxar: “fora, caloteiros!” É isso que pode acontecer no Distrito Federal. Motivos, já estamos tendo.

Eu espero muito, como educadora que sou, que o governo tenha responsabilidade. Se não tem tido com os servidores, que, no nosso caso, tenha com mais de meio milhão de alunos que dependem do nosso trabalho. O que está faltando por parte do Governo do Distrito Federal é responsabilidade com o povo de Brasília, com o povo do Distrito Federal. Quando se implementa uma política, da forma como estamos assistindo, a discussão aqui não é falta de dinheiro, pelo que estou entendendo. Hoje o TCU aprovou que as OS podem ser contratadas. Você pode ter gestão através de OS, não é de graça. Então, dinheiro tem. O que não se tem é dinheiro para valorizar o serviço público, porque o que se quer é exatamente implementar aqui, instaurar aqui um governo de Estado mínimo e, para isso, o caminho mais curto é o desmonte do serviço público. É óbvio. É isso o que vem acontecendo. Vamos realmente fazer um debate mais sério aqui e saber com quem a gente, de fato, pode contar.

Nós temos uma pauta gigante de prejuízos: cerca de mil e trezentos professores que se aposentaram entre 2015 e 2016 estão sofrendo prejuízos porque não recebem a pecúnia da licença-prêmio, que deveria ter sido gozada no decorrer da carreira – é um prejuízo duplo; o 13º salário está atrasando novamente; não aconteceu uma única nomeação de orientadora educacional; cerca de dois mil professores se aposentaram nesses últimos dois anos e nada de nomeações – acho que ocorreu em torno de duzentas nomeações, se eu não estiver enganada. Essa é a

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA		16

demonstração de uma tentativa de desmonte da educação pública e do serviço público de um modo geral.

Temos agora, recentemente, uma tentativa de privatização, que foi com o Itaú Social – acho que é isso. O governo tentou colocar também gente dentro das escolas para trabalhar. Isso nada mais é do que privatização. É uma forma – eu nem diria indireta – direta mesmo de, pelo menos, tentar privatizar.

Este País está vivendo um momento que é de golpe, insistentemente. É o sistema golpista. Agora, há pouquíssimo tempo, agora à tarde, o Governo Federal, por meio de medida provisória, impõe a mudança do ensino médio sem nenhuma discussão. Isso é imposição. Ensino médio neste País não é problema meu, nem seu, nem do aluno, nem de ninguém, é problema só do MEC e do Presidente Temer. Eles decidem o que queremos para as nossas escolas e para os nossos jovens. Então, o que temos aqui é isso. O governo precisa ter uma decisão. Ele já tomou, no ano passado – e esperamos que não se repita –, uma decisão política, porque números quem discute é a área técnica do governo; a decisão política é o Governador quem toma: onde é que ele vai gastar? Onde ele vai investir? O que é a área central e o que não é? O que é indispensável e o que é dispensável para ele? Até agora, parece-me que nós trabalhadores somos dispensáveis, porque o tratamento que tem sido dado a nós faz que pensemos isso. Nós – pelo menos, nós professores – temos esse reajuste garantido em lei e não foi por acaso. Foram 52 dias de greve! E foi lembrado aqui, muito bem agora há pouco, que 32 categorias tiveram as suas carreiras reestruturadas. Eu tenho muito orgulho de dizer a vocês que isso se deu num governo petista. O Governador do Distrito Federal Agnelo Queiroz, à época, do Partido dos Trabalhadores, reconheceu e veio para governar com a política de Estado forte. Estado forte significa servidor valorizado e foi isso que foi feito. E com responsabilidade, sim, eu tenho certeza! Agora, sim, é que as coisas estão sendo jogadas por terra.

Então, não estamos aqui brincando e nem sendo irresponsáveis exigindo que se pague um reajuste sem que se tenha dinheiro. Como eu disse aqui, agora há pouco: dinheiro tem! A arrecadação está sendo feita. Todos nós pagamos os nossos impostos, as escolas estão cheias de meninos. Aliás, precisamos construir escolas. Estão faltando escolas, sobretudo para a educação infantil. Precisamos de investimento em todas as áreas. É investir no servidor, é investir na área social, é investir para servir bem ao povo do Distrito Federal. É isso o que nós queremos. Qualquer Governador é eleito para isso. Portanto, o que esperamos é que o Governador cumpra o papel para o qual ele foi eleito. Não foi com o meu voto, mas foi eleito e tem a obrigação de fazer um governo para Brasília e não para os seus interesses.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Rosilene.

Eu quero passar a palavra agora para a Deputada Federal Erika Kokay.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	17	

Antes, quero anunciar a presença do companheiro, Deputado Distrital Wellington Luiz.

DEPUTADA FEDERAL ERIKA KOKAY – Primeiramente...

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADA FEDERAL ERIKA KOKAY – Em verdade, eu queira, primeiro, parabenizar o Deputado Ricardo Vale pela iniciativa. Acho que é absolutamente fundamental que nós estejamos aqui para, primeiro, cantarmos uma canção em uma única voz, que é a somatória de diversas vozes: nós não vamos aceitar mais um calote. Não vamos aceitar mais um calote! Nós precisamos tirar essa decisão daqui e temos de buscar a unidade de toda a representação Parlamentar, sejam os Parlamentares que estão na Câmara dos Deputados, sejam os Parlamentares da Câmara Distrital. Deveríamos, Deputado Ricardo Vale, o conjunto dos Parlamentares desta cidade, sejam os que estejam no Congresso ou na Assembleia Legislativa, deveríamos ir ao Governador do Distrito Federal para dizer que nós não vamos aceitar qualquer tipo de calote. Nós não vamos aceitar, até porque houve um processo construído. Os reajustes, todos eles, foram construídos numa mesa de negociação, foram referendados pelo Poder Judiciário e foram objetos de profundas lutas que sofreram ou que motivaram outro processo negocial. Portanto, nós não podemos viver com um Governador que acha que reajuste acordado, salário e reajuste de servidores públicos seja algo que ele possa ou não cumprir. Ele tem de cumprir! Se há dificuldades para fazê-lo, cabe ao Governador buscar as formas para que sejam efetivados os reajustes que foram acordados por duas vezes, referendados no Poder Judiciário e aprovados por esta Câmara Legislativa, senão, vai se estar desrespeitando a cidade. Ou alguém aqui acha que a cidade sobrevive, consegue existir e respirar sem os servidores e servidoras? São esses servidores e essas servidoras que efetivam as políticas públicas, que são a forma que nós temos para fazer o luto dos períodos traumáticos da nossa história.

Nós só adquirimos cidadania e dignidade humana com políticas públicas e, portanto, com servidores públicos que sejam respeitados. Os servidores não podem ser alvo de tantos descalabros, de tantos desmandos. Por isso, nós teríamos de tirar uma posição de todos os Parlamentares para que pudéssemos bater na porta do Governador e dizer: “Nós só saímos daqui se houver o compromisso com o pagamento do que foi acordado com os servidores e as servidoras”. Se não ocorrer isso, tem-se uma palavra que já não vale nada.

Nós sabemos o empenho do Governador do Distrito Federal para organizar o PLP nº 257. Em verdade, além de não querer pagar, é um Governador – perdoe-me o seu representante nesta Mesa – covarde, porque quis aprovar um projeto nacional para se escudar nele e dizer que nada podia fazer, porque havia uma lei que estava em curso. Uma lei – nós sabemos – que foi articulada pelo próprio Governador. Se nós conseguimos melhorar o PLP nº 257 – e melhoramos –, porque tiramos o impedimento de promoção, o impedimento de os trabalhadores se deslocarem nas

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016		15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

carreiras e o impedimento do reajuste, ele tem uma limitação, porque estabelece o reajuste de acordo com a inflação para todas as despesas de natureza continuada. Isso significa pagamento de servidores e servidoras, mas significa também a manutenção da máquina pública. Se nós entrarmos numa esfera como a da saúde, por exemplo, nós sabemos que medicamentos e insumos são reajustados acima da inflação. Se o meu teto para todas essas despesas é a inflação e eu vou gastar mais do que a inflação para determinadas despesas de manutenção da própria máquina, sobrarão o que para servidores e servidoras? Nada, congelamento salarial. O PLP nº 257 é isso.

E mais grave do que isso é a PEC nº 241, porque ela congela todas as despesas primárias, congela os investimentos. Não vai haver recurso federal para investimento por vinte anos. Vinte anos! Esse é o conteúdo do golpe. O conteúdo do golpe é colocar o País à venda – e é isso que foi feito em Nova York –, colocar o Brasil debaixo do braço e colocá-lo em uma bandeja para vendê-lo. E o conteúdo do golpe é impedir que nós tenhamos políticas públicas com um profundo ajuste fiscal, que não vai atingir banqueiros nem rentistas. O que diz a proposta orçamentária do Governo Federal? Ela diz que vai reajustar as políticas públicas, todas elas, com 7,2%, que é a expectativa de eleição, vai reajustar os serviços da dívida em quase 70% e vai liberar 34 bilhões de crédito subsidiado para que nossas estatais sejam vendidas. É isso que está no orçamento. É o conteúdo do golpe, do rompimento democrático. Por isso, nós temos que ter uma consciência muito grande. O que diz a PEC nº 241 diz respeito a nossa cidade e ao conjunto das políticas públicas. Setenta e cinco por cento do Fundo Nacional de Saúde é transferido para os fundos locais. Isso vai estar congelado. Ou seja, é um dificultador de que nós tenhamos uma cidade onde caibam todas e todos.

Por isso, digo que este Governo do Distrito Federal tem que, primeiro, começar a governar, e não simplesmente colocar em questionamento o que ele próprio acordou, o que ele próprio construiu de pacto com os servidores e servidoras. E, como disse bem a representante do Sinpro, a Rosilene, se tem dinheiro para a OS, que representa lucro... Alguém tem que me convencer profundamente que o Hospital Santa Marta é uma organização social. Nunca conseguiram me convencer de que a Real Sociedade Espanhola, que tomou conta de forma criminosa do Hospital de Santa Maria, era uma organização social. Se tem dinheiro para remunerar empresas que só funcionam com perspectiva de lucro, como é que não tem dinheiro para pagar servidores? Mas o que quer este governo é entregar as políticas públicas para as organizações sociais, entregar a gestão do Estado para a privatização, penalizando servidoras e servidores.

Por isso, concluo dizendo que nós deveríamos construir uma unidade com todos os Parlamentares, com todas as Parlamentares para que pudéssemos ir juntos e juntas para dizer ao Governo do Distrito Federal que ele não pode tratar os servidores dessa forma, porque isso significa maltratar Brasília. Esta Casa tem que começar a discutir, não votar qualquer matéria que seja de interesse do Governador

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

e não da sociedade enquanto não houver o compromisso formal de pagar aquilo que foi acordado.

Encerro dizendo ao Governador do Distrito Federal: saia da sua covardia. Assuma a condição de Governador desta cidade e respeite servidores e servidoras. Cuidado, moço! Cuidado, moço, com servidores e servidoras que têm um compromisso com esta cidade e têm um compromisso com a verdade. Cuidado, moço, porque nós temos servidores e servidoras que constroem as políticas públicas e constroem a história desta cidade todos os dias.

Contem conosco sempre.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputada Federal Erika Kokay.

Quero registrar as seguintes presenças: Sr. Severino Marques, da Nova Central Sindical; Sr. Rafael Fernandes, Assessor da Presidência dos Farmacêuticos do DF; Sr. Ubiratan Gonçalves Ferreira, Presidente do Sindicato dos Técnicos em Radiologia; Presidente do PT do Distrito Federal, companheiro Roberto Policarpo; Sr. Luiz Gonzaga de Negreiros, Diretor da CSPB – Confederação dos Servidores Públicos do Brasil; Sr. Robson Alves Chagas Rocha, Diretor do Colegiado do SAE/DF – Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal.

Com a palavra o companheiro Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu quero aqui, na pessoa do Deputado Ricardo Vale e da nossa representante do Sinpro, Rosilene, cumprimentar todos os integrantes da Mesa e os trabalhadores e as trabalhadoras aqui do plenário.

Todo mundo sabe que eu não votei no Rollemberg, mas eu não sou inimigo do Rollemberg também. Contudo, acho que ele está procurando uma maneira de ser inimigo de Brasília, porque se há uma coisa que um governante não pode fazer é mentir. O Governador Rodrigo Rollemberg e o Secretário Igor, por quem tenho muito respeito... No dia 5 de janeiro de 2015 – todo mundo está lembrado aqui –, eu peguei o Governador Rollemberg em uma mentira quando ele disse que tinha encontrado o cofre do Distrito Federal com 64 mil reais. Eu mostrei que o pessoal que tinha buscado as contas não sabia fazer as coisas, porque só o Governo do Distrito Federal, ou seja, o Palácio do Buriti, tinha duzentas contas, além da Secretaria de Saúde, que tinha mais um bocado; a de Transportes tinha outras; a de Educação tinha outras. Juntando tudo, dava quase mil contas. Eles pegaram uma conta que tinha os 64 mil, que, por sinal, estava inativa. Eu mostrei que, naquele dia, não eram 64 mil, eram 1 bilhão e 40 milhões. Eu fiquei com meu poderoso celular fazendo uns videozinhos, gravando e brigando com os grandes meios de comunicação: eu dizendo que havia dinheiro, e eles dizendo que não havia. Até que, um dia, eu fiz um desafio público: Governador, coloque o seu computador. Eu levo o meu. Chame a imprensa toda. Eu abro com a senha do Siggo/DF – Sistema Integrado de Gestão Governamental do DF que eu tenho, você abre com a senha do

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

Siggo que você deveria ter, e vamos mostrar se há ou não dinheiro. Vamos fazer isso. E aí ele não topou. Ficou provado que eu estava com a razão.

Eu já disse aqui nesta tribuna e vou reafirmar: quando você disputa uma eleição é igual a quando você se casa. Se você procura uma maneira de casar com uma moça que não tem nenhum filho, *ok*, você vai construir uma família junto com ela. Agora, se você, por opção própria, resolveu casar com uma viúva, você herda todos os filhos da viúva. Portanto, quando ele optou por governar o Distrito Federal – ele já tinha sido Deputado Distrital, Deputado Federal, Secretário de Estado e Senador da República –, ele sabia o que era o Distrito Federal... Ele sabia as contas do Distrito Federal. Ninguém aqui pediu para ele ser candidato. Alguém pediu? Foi candidato porque quis. Foi candidato por livre e espontânea vontade.

Algumas categorias aqui, se não a maioria – eu me lembro, Rosilene, dos professores –, estavam de greve, acampados ali na Praça do Buriti. Eu me lembro de que o Senador Rodrigo Rollemberg intermediou a negociação de vocês. Foi ele que a intermediou. Foi ele que foi, com o Senador Cristovam e com o Deputado Reguffe, ao Palácio do Buriti convencer o Governador Agnelo Queiroz de que tinha que fechar negociação. Ou não foi assim? Foi assim, Gutemberg. Ele foi lá. Ele, Senador da República, e veio para o carro de som dizendo que o reajuste ainda estava pequeno. E ele dizia – todo mundo está lembrando aqui – que o problema não era dinheiro, mas gerenciamento. Dinheiro, tinha; faltava gerenciamento. Como o dinheiro sumiu de uma vez? O que foi feito do gerenciamento?

Acho que, aí, o Ministério Público, de tanto ele falar que não tinha dinheiro, ficou com pena e entrou na Justiça para dizer que as leis eram ilegais e que a gente tinha feito uma irresponsabilidade. Eu era Deputado Distrital já naquele tempo e não sou irresponsável. Votei aquelas leis de aumento salarial lastreado, baseado em lastros, e, aí, pedi ao Willemann, que assessora a gente e é um grande companheiro, para preparar um estudo que seria levado ao tribunal. Fomos a alguns desembargadores, mostramos que não tínhamos cometido uma ilegalidade e ganhamos de 17 X 0.

Portanto, o que o Governador do Distrito Federal tem que fazer agora é dizer quando começará a pagar. Ele disse que era em outubro e tem que começar a pagar. Até porque eu não estou disposto a votar nenhum projeto de aumento de arrecadação aqui se ele não assumir o dia de pagar os servidores.

Eu resolvi ajudar, fui criticado, mas sabia o que estava fazendo. Ele nos garantiu que, se fizéssemos aquela operação, pagaria, e nós autorizamos o empréstimo no Iprev. Ele nos garantiu. O Igor ajudou na negociação aqui, para liberarmos o recurso do Iprev. Muita gente me criticou. Eu sabia que estava correto, porque acreditei na palavra dele de que iria pagar os servidores. E mais: garantiu que nos daria terrenos valorosos. Agora ouço dizer que está querendo mandar um terreno lá do Parque do Gama. Aquilo ali é podre, é moeda podre. Eu não quero. Ou manda terreno que vale dinheiro, que vai valorizar – pode ser aqui no Sudoeste, no

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

Park Way, onde quer que seja –, ou não tem acordo. O cabra não me pega duas vezes, só pega uma. Portanto, agora, precisa cumprir.

Igor, sei que você talvez seja o que tem menos culpa, mas acho que, ao terminar a audiência aqui, você, que é uma pessoa que eu respeito, precisa chegar para o Governador e dizer: "Governador, não tem outra saída. Vamos assumir o compromisso de pagar! Agora vamos dizer o dia. Vamos honrar com o compromisso de pagar!" E, aí, terão a nossa colaboração no sentido de arrumar mais dinheiro. Porque dinheiro tem. Se não se assumir o compromisso de pagar, eu não tenho desejo nenhum de ajudar em nada. Portanto, assumam! Até porque, se eu tivesse disputado o Governo do Distrito Federal e ganhado, se eu tivesse participado das negociações, poderia chover canivete, que eu iria honrar o que tivesse dito na campanha. Se eu visse que não daria conta de honrar, diria: "gente, desculpe-me, mas essa tarefa é grande demais, estou pegando meu boné e indo embora". E que outro assumo esse abacaxi!

Aí fica agora – para concluir – com história de OS. Inicialmente, disse que era na saúde. Agora quer botar OS na educação, no meio ambiente, em tudo que é canto. Rapaz, OS, por onde passou, só deixou destruição e corrupção. A última foi agora, no Amazonas. Nós vimos uma notícia aí... O Dr. Gutemberg não tem culpa de ter gente da categoria dele, porque todo mundo tem. Um sujeito aí, meio esperto, que diz que é médico – não sei nem se tem diploma, mas o cabra é aqui de Sobradinho – foi ao Amazonas, montou uma OS e desviou 100 milhões de reais do Estado do Amazonas. Malandro de Brasília vai lá! Aí, tem malandro de outro canto querendo vir para Brasília com OS. Não aceito OS. N que depender de mim, não passa nesta Casa essa contratação de OS.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Quero registrar a presença do João Cardoso, Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem – SINDATE; do Wilmarque Oliveira, Presidente do Sincaap-DF; do Claudio Pedra, Presidente do Sindvet; do Helvécio Santana, Presidente do Sindicato da Carreira de Gestão Fazendária da Secretaria de Fazenda do DF – SINDFAZ, e do Yuri Soares, Secretário de Políticas Sociais da CUT-Brasília.

Passo a palavra para ao Sr. Leandro Allan, Presidente do Sindicato dos Agentes de Atividades Penitenciárias do Distrito Federal – SINDPEN-DF.

SR. LEANDRO ALLAN – Boa tarde a todos! Cumprimento o Deputado Ricardo Vale e parabeno-o pela grande e brilhante iniciativa. Cumprimento também a amiga Rosilene Corrêa; o nosso amigo Rodrigo Britto, da CUT; o Secretário Igor Tokarski; o Presidente Ibrahim Yusef, do Sindireta; o Gutemberg Fialho, do Sindmédico, e todos os Deputados que passaram neste Plenário – Deputado Agaciél Maia, Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Chico Vigilante e Deputado Wasny de Roure –, além do nosso ex-Deputado Policarpo, que aqui está, do Rôney Nemer, da Deputada Federal Erika Kokay e do Deputado Wellington Luiz.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

Eu vou ser breve por quê? Porque temos um objetivo nesta tarde: queremos ouvir do governo se ele vai ou não pagar, senão o Distrito Federal vai parar. Os sindicatos já se reuniram, teremos uma plenária, e já no dia 6 alguns sindicatos farão um ato unificado, um dia de paralização, para anunciar ao Governador que, se não houver pagamento, vamos parar o serviço no Distrito Federal. O servidor tem que ser valorizado. O Governador tem que cumprir a sua palavra, dada em 2015, momento em que já era para termos recebido a última parcela do aumento salarial. Não é possível que ainda estejamos aqui, discutindo essa questão da última parcela. Nós deveríamos já estar discutindo a reposição inflacionária dos anos passados. Estamos com uma defasagem em relação à inflação dos anos que passaram, que já comeu mais de 30% do nosso salário. O aumento de 2013 de nada está valendo mais. Perdemos a capacidade financeira.

Então, que o governo faça o pagamento da última parcela! E agora vamos partir para uma discussão que é a reposição inflacionária.

Quero parabenizar aqui todos os sindicatos que estão trabalhando de forma séria, defendendo os servidores, unidos nesta pauta única do aumento salarial. Não posso deixar aqui de agradecer a todos vocês, servidores públicos, que aqui estão, fortalecendo os seus sindicatos e mostrando para o governo que o trabalhador tem força, tem voz e tem que ser ouvido.

Encerro a minha fala dizendo que nós, servidores públicos... Porque presidente de um sindicato, vice-presidente de uma central sindical, mais servidor público de carteirinha... E vou defender a minha carreira, vou defender a minha classe, com unhas e dentes, contra toda e qualquer arbitrariedade. Dia 6 já teremos a plenária, com o primeiro dia de paralização de várias categorias aqui do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Leandro.

Nós vamos agora abrir para intervenções da plenária, lembrando que o tempo regimental é de apenas três minutos. A Mesa tem cinco minutos. Então, vou pedir bastante objetividade porque o som vai desligar aos três minutos.

São dez inscrições, e, logo em seguida, a gente passa para o Secretário Igor.

Concedo a palavra ao Sr. Fábio Medeiros, Presidente do SINDETRAN – Sindicato dos Servidores do Detran para fazer uso da palavra.

SR. FÁBIO MEDEIROS – Boa tarde a todos. Eu queria cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Ricardo Vale, do Rodrigo, Presidente da CUT e da Rosilene, nossa eterna professora sindical. Pessoal, este é um momento em que estamos ansiosos, por isso vou ser breve. A gente quer uma resposta do GDF. Eu lembro aqui que a situação do Detran – falei hoje na nossa assembleia – é parecida com a de todos os servidores do GDF. Estivemos há 360 dias conversando sobre propostas da lei do reajuste, do auxílio-alimentação e das pecúnia. Paralelamente a isso, tivemos as pautas específicas de cada um, fizemos as greves do ano passado, apareceram os

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	23	

famigerados grupos de trabalho. Dos nossos seis processos – estávamos conversando isso hoje no Detran –, dois foram para o governo, quatro ainda estão no Detran, dos grupos de trabalho, ou seja: 365 dias.

Então, o que eu tenho a dizer? Um ano de atraso para o cumprimento dessa promessa. E aí eu pergunto: vamos fazer greve pelos mesmos motivos? Isso para o sindicato não é problema. Infelizmente, se o governo não honrar a lei, o compromisso – está ficando moda no Brasil não cumprir lei –, nós vamos cumprir o papel do sindicato, que é chamar a categoria e trancar o GDF porque ninguém fala da corrupção, ninguém fala dos desvios, só se fala que não tem dinheiro. Por que ninguém quer fazer um grupo de trabalho para acabar com a corrupção, para os desvios do GDF, para o excesso de cargo comissionado, para o excesso de carro alugado e muitas outras coisas? (Palmas.)

Enfim, vim dizer aqui mais uma coisa importante: neste momento, é imprescindível a união das categorias do GDF. Um exemplo é a Polícia Militar e a Polícia Civil. O governo joga uma bomba dessas para trazer desunião entre os servidores. Vamos esquecer as vaidades e vamos nos unir porque o arrocho não é só aqui não, é lá no Congresso: sessenta projetos. Não adianta ficar com essa vaidade de categoriazinha não, que tem a Proposta de Emenda Constitucional nº 241 e o Projeto de Lei Complementar nº 257, que acabam com o serviço público. Vamos pensar grande, gente! Mas é claro, tem a luta lá no Congresso, mas hoje a gente está aqui para saber a resposta dos 5% do tíquete e a resposta do GDF.

Queria aproveitar rapidamente, Deputado, para dizer também que a gente conta com o apoio dos Parlamentares no Projeto de Lei nº 1.614, que foi aprovado aqui – iniciativa do Deputado Chico Vigilante, a quem a gente agradece muito – proibindo empresa privada de tomar conta da vistoria no Detran. Foi aprovado aqui nesta Casa e, quando chegou ao Rollemberg, foi vetado. Então, a gente está aqui pedindo o apoio dos Parlamentares para derrubarem o veto. A gente não tem nada contra empresa, mas empresa fica para lá, e servidor público fica para cá. Boa sorte!

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Fábio.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Cristiano Torres, Presidente do SINDSSE – Sindicato dos Servidores da Carreira Socioeducativa do Distrito Federal. Em seguida, Sr. Aldemir Bezerra, representante do SLU – Serviço de Limpeza Urbana.

SR. CRISTIANO TORRES – Boa tarde a todos! Boa tarde, Deputado Ricardo Vale, na sua pessoa e na da Rosilene, bendito é o fruto da Mesa, cumprimento todos os sindicalistas da Mesa.

Eu nunca vi... Acho que no Distrito Federal nunca se viu um governo que judia tanto do servidor. Primeiro, mudou a data de pagamento. Manda projeto de lei para esta Casa retirando direitos e mandando tirar dinheiro da nossa aposentadoria para pagar parte dos servidores públicos, e até agora está obscura a forma como vai ser feito esse pagamento. Depois, edita decretos e instruções normativas retirando mais

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016		15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	24	

direitos, como o do atestado de quem é plantonista, e agora, também, colocando limite para atestado de comparecimento. Em 2015, não assume se vai pagar ou não o servidor. Deixa todo mundo numa tensão e faz que as categorias entrem em movimento. Não pagou a licença prêmio dos servidores que estão se aposentando. Até agora, não pagou e não está pagando. Inclusive, alguns servidores que estão se aposentando não estão recebendo a licença prêmio. Continua, de maneira medrosa, covarde, sem afirmar se vai pagar ou não o reajuste dos servidores – o reajuste de 2013. Mente porque, no ano passado, disse que iria fazer o pagamento em outubro. Os contracheques já foram rodados, podem entrar no SIGRH Net – Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos que os contracheques já estão lá, e não tem reajuste para ser pago agora no 5º dia útil. Hoje de manhã, saiu o contracheque, algumas pessoas já tiveram acesso, e não saiu o reajuste. Hoje de manhã também, nós vimos o Secretário da Casa Civil na *TV Globo* dizendo que, mais uma vez, estão reunindo esforços para poder pagar, mas não afirma se vai pagar ou não vai pagar.

Portanto, o que nós precisamos e exigimos deste governo é que ele tenha uma posição firme e deixe de ser covarde. Se não vai pagar, diga que não vai pagar, porque aí nós vamos dar o nosso jeito. O espírito do servidor público do GDF é: jogue-nos aos lobos que nós voltamos líderes da matilha.

Obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Cristiano.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Ademir Bezerra, representante do SLU.

SR. ADEMIR BEZERRA – Senhoras e senhores, boa tarde! Galera do SLU, tudo bem? Cumprimento a Mesa e a atitude e iniciativa do Deputado Ricardo Vale.

Senhores, a expectativa, neste momento, dessas carreiras é sobre o reajuste que vamos receber agora em outubro. A nossa situação no SLU é mais dramática porque este governo não tem uma marca, ele já tem duas marcas que a sociedade lhe impregnou, que são a perseguição ao servidor e a derrubada de casas. Nós do SLU, com uma Adin, tivemos uma redução salarial de mais de 40%. Em quase dois anos de negociação, o governo não sinalizou nada nessa composição. Vocês imaginem um servidor que vem recebendo o seu salário de janeiro a dezembro de 2014, chega janeiro, e o governo entra e corta 40% do seu salário!? Isso nunca aconteceu na história de Brasília nem do Brasil, é a primeira vez em Brasília. (Palmas.)

Eu quero pedir um compromisso dos Deputados desta Casa. Deputado Wellington Luiz, excelente Parlamentar, Deputado Wasny de Roure, Deputado Agaciel Maia, que já leu aqui a nossa indignação, vocês têm que colocar como prioridade a volta do salário do servidor do SLU. Nós temos servidores passando por necessidade. Até o BRB teve compaixão de nós e fez uma negociação especial com o servidor do SLU. Este governo vem enrolando a gente há dois e até hoje não apresentou nada. Nós entregamos, com todo respeito, ao Sr. Igor Tokarski uma moção que esta Casa fez. Depois esta Casa fez uma indicação, que entregamos

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	25	

pessoalmente, e até agora não temos nada de concreto, nem na parte administrativa do SLU. Veio uma diretora do SLU de fora dizer que o que nós recebemos hoje é muito. Então, que ela volte para São Paulo ou para Belo Horizonte, porque aqui o servidor público é bem valorizado, é bem remunerado, e tem que continuar sendo. Por isso nós queremos o salário do SLU de volta.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Passo a palavra ao Sr. Denivaldo Alves, Diretor do SAE/DF – Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas do Distrito Federal. Logo em seguida, Dayse Amarilho.

SR. DENIVALDO ALVES – Boa tarde, companheiros e companheiras. Quero cumprimentar a Mesa aqui na pessoa da Rosilene, que é a única mulher da Mesa, e parabenizar todas as mulheres guerreiras que estão aqui neste plenário.

Na minha vida pública e na minha vida familiar, eu sempre achei que acordo que se faz se cumpre. Nós tivemos a honestidade de suspender o movimento no ano passado, numa greve de dezessete dias, nós, em especial, os servidores da carreira de Assistência à Educação do Distrito Federal, que congrega 15 mil servidores. Numa mesa de negociação, foi feita uma proposta com sete itens. E, dos sete itens, apenas um foi atendido, apenas um. E esse ainda é para médio e longo prazo. São globais as questões do reajuste do auxílio-alimentação, do reajuste do salário e do cumprimento das carreiras, foram propostas feitas no âmbito geral. E o Governo do Distrito Federal, desde que entrou, só vive vendendo dificuldades, sempre dizendo que não tem dinheiro. Já são dois anos do seu governo, e não aparece dinheiro nos cofres do GDF. Nós já emprestamos o que era nosso, que era 1 bilhão e 250 do Instituto de Previdência, e ele não devolveu ainda, porque disse que, se não houvesse um empréstimo... Fomos convencidos nesta Casa aqui a fazer esse empréstimo, e os Deputados votaram para emprestar esse 1 bilhão e 250. E esta mesma Casa aqui tem a responsabilidade de ajudar a trazer para os cofres do Instituto de Previdência esse 1 bilhão e 250, senão não vai faltar não somente o reajuste do servidor público, mas vai faltar o dinheiro para a nossa futura aposentadoria, que já estão querendo tirar da gente, com os projetos de lei que estão na Câmara e no Senado, e já têm perspectiva de serem mandados para o Distrito Federal.

Então, nós estamos aqui como representação dos servidores públicos do Distrito Federal, porque entendemos que, embora na mesa de negociação o Secretário de Fazenda e o Secretário de Administração tenham dito que o servidor público não é investimento... Uma vez o Secretário de Administração teve a capacidade de dizer numa mesa de negociação que o limite prudencial da arrecadação tinha chegado ao limite de 80% para o pagamento de servidor público, e ele só tinha 20% para investimento. Teve a capacidade de dizer que servidor público não é investimento. Pois ele vai ver agora se servidor público não é

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

investimento! Vamos paralisar para ver se servidor público não é investimento e se o Estado funciona!

Portanto, companheiros e companheiras, a luta continua, e nós vamos cobrar nesta Casa, vamos cobrar do Governador e vamos para a rua cobrar e fazer uma greve geral para que se cumpra o acordo. Acordo não se faz (sic), mas, quando se faz, se cumpre! Um grande abraço. A luta continua.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Denivaldo.

Concedo a palavra para a Sra. Dayse Amarílio Donetts Diniz, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do DF.

SRA. DAYSE AMARILIO DONETTS DINIZ – Boa tarde a todos. Sou Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do DF. Eu queria cumprimentar a Mesa. Vou falar para não perder tempo, porque a revolta é muito grande. Infelizmente, o movimento sindical está em grande descrédito, mas nós viemos, e viemos com tudo, para resgatar isso, para voltar para as nossas bases e falar que realmente nós precisamos nos unir. No Sindicato dos Enfermeiros, depois de vinte anos, tomamos posse e fizemos isso por acreditar que podemos realmente fazer alguma coisa diferente. Vou falar uma coisa para vocês: se Brasília não está pior, é por causa dos servidores comprometidos, servidores que fazem o possível e o impossível em condições precárias. Eu posso falar pela saúde. A saúde do DF está na UTI. Está grave a situação, e estão querendo colocar as OS – Organizações Sociais. A gente já viu que ficou muito pior a situação de Santa Maria – pacientes em leito de espera de UTI, máfia. E a gente tem que ouvir o Secretário de Saúde falar para a gente que o problema é servidor e que ele deveria ficar mais vinte anos sem investir nos servidores para ter alguma solução! O problema não é o servidor! O problema realmente é a má gestão, é a falta de compromisso, é roubar, é pagar dívida com o dinheiro da população. Esse é o problema. A gente está em Brasília, onde se respira serviço público. O Governador está querendo destruir a cidade, pelo jeito, porque, não investindo e não pagando o que é realmente promessa de muito tempo atrás, ele vai destruir Brasília, pois capital de giro não vai haver. Ele está tirando tudo, atrasando pagamento de hora extra, atrasando pagamento de pecúnia, atrasando pagamento de muitas coisas, e o capital está parando! Mas nós temos que continuar pagando os nossos impostos, temos que continuar pagando os nossos deveres, e ele não paga o compromisso que tem. Ele vai ter que pagar, porque nós não vamos aceitar o calote! Nós vamos para as nossas bases. Nós contamos com todos unidos, dia 6 de outubro, no Buriti. Nós vamos mandar um recado pelo secretário. Mande um recado para o Governador: dia 6 de outubro nós estaremos lá numa paralisação com indicativo de greve. E nós vamos falar para eles: se o Governador não pagar, Brasília vai parar! Aí ele vai ver se o serviço público faz diferença!

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Dayse, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA		27

Concedo a palavra ao Sr. Clayton de Souza Avelar, Presidente do Sindicato dos Servidores e Empregados da Assistência Social e Cultural do Governo do Distrito Federal – SINDSASC.

SR. CLAYTON DE SOUZA AVELAR – Boa tarde a todos e todas. Quero cumprimentar e parabenizar o Deputado Ricardo Vale, cumprimentar o secretário e os colegas companheiros sindicalistas. Enquanto nós estamos aqui reunidos, eu acabei de receber uma notícia de que o CRAS – Centro de Referência de Assistência Social de São Sebastião foi invadido por assaltantes e um vigilante teve uma arma apontada para a sua cabeça. Ele foi rendido e roubaram a sua arma. Esse fato, que não é o primeiro que acontece na assistência social, demonstra a crise social e econômica que nós vivemos. O Distrito Federal tem a maior taxa de desemprego do País. Era de 13% há um ano, hoje é de 18%. E esse fato reflete também as precárias condições de trabalho em que os servidores e servidoras atuam aqui no Distrito Federal.

Se a Política de Assistência Social está sendo levada à frente, isso se deve ao empenho dos nossos colegas que lá estão. Se a saúde pública continua funcionando, apesar de toda a precariedade, se a educação continua funcionando, isso se deve ao empenho de todos aqueles que estão lá, profissionais da saúde e profissionais da educação. Porque, a depender do empenho do Governo do Distrito Federal, os serviços públicos vão ficar cada dia piores, cada dia mais precários, porque essa é uma política deliberada para justificar terceirização e privatização do serviço público. E nós temos de dizer um sonoro não a isso aqui.

As 32 leis das nossas carreiras não foram dádivas de governo nenhum, foram conquistas, depois de muita luta. Só para a minha categoria foram nove assembleias com paralisações sob sol quente ali na Praça do Buriti. Depois de todas essas lutas, as demandas foram transformadas em projetos de lei e aprovadas aqui nesta Casa. E, para não respeitar as 32 leis que foram legítimas, fruto de lutas, o Governo Rodrigo Rollemberg recorre a uma lei que não é legítima, porque não foi produzida conforme a vontade majoritária da população brasileira. É uma das muitas heranças malditas da era FHC. Eu me refiro à Lei de Responsabilidade Fiscal, que não foi produzida para atender à vontade da população, mas à vontade dos rentistas, à vontade do Banco Mundial e à vontade do Fundo Monetário Internacional.

Eu gostaria de aproveitar também esses minutos aqui para pedir o máximo de unidade no movimento sindical, o máximo de unidade dos Parlamentares. Mas há que se ter coerência. Não adianta vir aqui e fazer um discurso supostamente favorável aos servidores e ao serviço público, se lá no Congresso Nacional a pessoa vota em um projeto criminoso como foi o PLP – Projeto de Lei Complementar nº 257, de 2016. Se ela admite a PEC – Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que foi enviada ao Congresso Nacional com o intuito claro de arrochar todo o serviço público, não somente o do Governo Federal. E pior ainda porque foi enviado por um

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	28	

governo que, na minha opinião, além de ilegítimo, golpista, é também corrupto. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Clayton Avelar.

Concedo a palavra ao Artur Carlos de Moraes, Diretor do SINDAFIS – Sindicato dos Servidores Integrantes da Carreira de Auditoria de Atividades Urbanas do Distrito Federal.

SR. ARTUR CARLOS DE MORAIS – Boa noite aos colegas servidores, às colegas servidoras e à Mesa. Agradeço ao Deputado Ricardo Vale a iniciativa. A primeira coisa é aquilo que nós queremos escutar do secretário: vai pagar ou não? Se for pagar, secretário, esqueça o que eu vou falar agora. Está perdoado. Esqueça o que eu vou falar. Nós não podemos ser, constantemente, o problema de Brasília. Eu nem vou falar da nossa capacidade, do nosso empenho, porque é chover no molhado para os muitos servidores que estão imbuídos da função pública, do espírito público, que trabalham com decência. Mas nós não podemos ser o problema financeiro de Brasília. É uma coisa meio bipolar. Diz que, se pagar salários, não tem dinheiro para fazer mais nada. O setor produtivo vem e diz que, se não pagarem os salários, ele quebra! Eu fico assim sem entender quem está falando a verdade. Eu acho que é o setor produtivo, porque ele precisa de dinheiro.

Outra coisa: eu posso garantir a todos aqui que a única maneira de 100% do dinheiro do contribuinte chegar ao caixa de uma empresa de forma honesta é passar pela conta do servidor através de salário. Não tem outra maneira 100% honesta. O meu salário é distribuído para toda Brasília. O sujeito que me vende verdura na feira recebe o dinheiro do Estado, da contribuição que ele faz também, através do meu salário, porque aquela pessoa não está incluída no investimento do governo, o dinheiro do investimento do governo não vai para ele.

A minha renda é distribuída, o que eu recebo é distribuído para todos os pequenos comércios do Distrito Federal. Quando eu falo de mim é de vocês também. A maneira de se distribuir riqueza no Distrito Federal hoje, dinheiro do contribuinte, é pelo salário do servidor. Se é 80%, 90%, 100%, está sendo distribuído.

Nós negociávamos com o Wilmar Lacerda, e ele falava assim: “Se eu pagar tudo o que vocês estão pedindo, vai sobrar só 1 bilhão no caixa”. Na semana passada, eu escutei: “Se eu pagar tudo o que vocês querem, vão sobrar só 3 bilhões e 200 no caixa”. Está melhor. O que o Wilmar Lacerda falava para o que eu escutei agora, está melhor. Sobrava só 1 bilhão, agora 3 bilhões e 200. Então, secretário, se a resposta for afirmativa, esquece tudo o que eu falei, está bom?

Muito obrigado. (Palmas.)

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Convido para fazer uso da palavra o Sr. Pedra, Presidente do Sindiveti/DF.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	29	

SR. PEDRA – Boa noite a todos. Eu quero agradecer a iniciativa do Deputado Ricardo Vale. Quero agradecer a todos os presentes na Mesa, em especial o Gutemberg, o Ibrahim, o Leonardo, enfim, todos. Quero agradecer a presença dos servidores públicos que estão aguardando o pronunciamento do representante do Governo do Distrito Federal.

Eu queria dizer para vocês que nós estamos diante de um Governador destruidor de sonhos, destruidor de projetos. Estamos sob o comando de um Governador que não tem dificuldade nenhuma de mentir de forma descarada, com a cara lavada, dizendo que nós somos responsáveis por algo que, na verdade, não somos, que é o quê? A dificuldade financeira que o Distrito Federal atravessa.

Eu gostaria de pedir a todos e a Deus, em primeiro lugar, que coloque senso de justiça e coerência no coração daquele homem que parece servir ao mal. Ele não tem condições de tratar com seres humanos, porque o homem que tem a responsabilidade e a sensibilidade de tratar com pessoas não faz com as pessoas aquilo que este Governador tem feito, que é maltratar, que é fazer com que nós sejamos cada dia mais humilhados. Não só humilhados na questão do desenvolvimento da nossa responsabilidade como funcionários públicos, mas também naquilo que levamos como manutenção, dinheiro, para os nossos lares.

A falta daquele pagamento, Gutemberg, causou o quê? Muitas pessoas deixaram de pagar o seu cheque especial e até hoje estão em dívida. Muitas pessoas deixaram de colocar o filho num colégio um pouco melhor. Nós sabemos da dificuldade que é colocar um filho na rede pública. Aquele dinheiro que não entrou na nossa conta, Ibrahim, deixou, muitas vezes, de dar possibilidade para melhorarmos a condição de ter um carro melhor, para poder sair com a família, passear com a família. Enfim, a falta do pagamento daquele dinheiro fez com que nós pudéssemos nos sentir incapazes de promover um melhor bem-estar às nossas casas, às nossas famílias.

Eu peço a todos os sindicalistas, a todos os Parlamentares que, de fato, olhem para nós como servidores públicos e possam se unir, neste momento, e fazer com que este governo saia do buraco, saia da inércia, venha governar o Distrito Federal e passe a nos tratar com respeito, porque merecemos isso.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Pedra. Passo a palavra para o Rodrigo Conde, Diretor do Sindsaúde.

SR. RODRIGO CONDE – Boa tarde a todos. Cumprimento o Deputado Ricardo Vale, que muito nos honra em convocar essa comissão geral; cumprimento o representante do governo e os demais colegas sindicalistas da Mesa e todos os presentes.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	30	

Hoje o Sindsaúde já fez a primeira assembleia preparativa para a greve. Já estivemos reunidos no Hospital de Base e já fizemos a nova convocação para o dia 6 de outubro. Para quê? Para cumprir todos os prazos e o governo não cometer novamente nenhum tipo de covardia com a gente, entrando na Justiça para dizer que é ilegal. Nós começamos desde já a cumprir todos os prazos, porque nós vamos para cima com tudo. O governo caiu em total descrédito. A falta de credibilidade é total. A categoria não acredita em nada que o governo fala, porque ele só fala a partir de quê? Chama a coletiva de imprensa, fala para a imprensa aquilo que quer num dia, o secretário fala aquilo que quer no outro. Um não se entende com o outro. Parece que é isto, o Secretário de Saúde não se entende com o de Fazenda. Fala que vai pagar um, o outro fala no dia seguinte que não vai pagar e que não é bem assim. Nem as nossas demandas que ficaram no acordo de greve e que não demandavam impacto financeiro ficou acordado que elas seriam sanadas em noventa dias por grupos de trabalho. Esses grupos de trabalho foram formados e depois houve uma reunião e nada mais. Nem a demanda que não tinha impacto financeiro foi sanada.

Então, esse disse me disse, já chega. O governo tem que parar com isso. É que dia que vai pagar e é para pagar é para já. A folha fechou e não está constando lá. Isso está errado e tem que acabar.

O governo vem com conversinha de que, no ano passado, ia diminuir o seu próprio salário. O Governador chamou uma coletiva de imprensa e disse que ia diminuir os seus salários, os salários do secretário, salário de comissionado em 20%. E sabe onde esse projeto está? Está parado aqui na Câmara porque no salário deles mesmos eles não mexem. No deles eles não mexem não! O dele ele deixa como está. Ele disse que ia fazer austeridade diminuindo no dele. No dele não mexe não! Mas no nosso ele não quer nem saber, fica para depois. É ano que vem, agora já é mês que vem e depois talvez já seja em 2017. Já chega com isso.

O Governo do Distrito Federal tem que arrumar recurso seja onde for. Tem capacidade ainda de buscar empréstimo seja onde for. Porque os nossos empréstimos lá no BRB já estão estourados faz tempo. Já faz é tempo que estourou. O nosso lá no BRB já faz é tempo. Se vira, arruma dinheiro e tem que pagar o que nos deve. Retroativo também. O retroativo também tem que entrar nessa conta. E já passou do tempo. Estamos aguardando.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Rodrigo.

Passo a palavra para o Rubens Roriz da Silva, Presidente do Sindicato da Receita do Distrito Federal.

Depois o Severino Marques, Diretor da Nova Central.

SR. RUBENS RORIZ DA SILVA – Cumprimento o nosso Deputado Ricardo Vale, em nome do qual cumprimento todos os Deputados Distritais presentes. Menciono o nome do nosso amigo Ibrahim, em nome de quem cumprimento todos

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22 09 2016		15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA		31

os representantes sindicais na Mesa, e também o meu amigo Igor, aqui conosco nesta tarde.

Eu quero, em primeiro lugar, me solidarizar com as 32 categorias que têm o direito de receber, e o GDF tem a obrigação de pagar. Isso é fato.

O orçamento pertence ao Governador e a prioridade é ele quem estabelece. E o orçamento público é a despesa que dita o crescimento. Portanto, a receita vai se buscar, mas a partir do momento de uma despesa autorizada e de uma despesa que deve ser prioridade para aquele Governador que foi eleito. Feita essa primeira análise, eu queria trabalhar três dados que considero importantes aqui para, ao final, na minha conclusão, apresentar uma reflexão. O primeiro dado é a receita tributária, o segundo dado é o PIB do DF, e o terceiro dado é o Fundo Constitucional.

Primeiro, a receita tributária do DF. A receita tributária são as espécies tributárias que todos os contribuintes pagam. A diretora Rosilene falou isso. Quem compra arroz, quem compra feijão paga ICMS. A grande questão é se o dono do mercado vai repassar o que o contribuinte pagou para os cofres do GDF. Mas aí é outra história, é outra questão de fiscalização tributária. Por falar em fiscalização, Deputado Ricardo Vale, o Fisco do DF está há 22 anos sem concurso para o cargo de auditor fiscal da Receita do DF. São 22 anos, e este Governo Rollemberg está do mesmo jeito, enrolando sem querer realizar o concurso.

A receita tributária foi a que mais cresceu, dos outros dois que eu falei. O PIB – 175 bilhões no último dado da Codeplan, de 2013 – é o segundo que cresce, e o último é o Fundo Constitucional do Distrito Federal. A Lei nº 10.633, de 2002, criou o fundo com recurso de 3,6 bilhões, ou seja, 4 bilhões basicamente. Isso dava para pagar a área de segurança, dava para pagar saúde e educação. Hoje, no último dado de 2013, constam 11 bilhões. Eu quero dizer aos senhores que a Lei nº 10.633 deve ser revista. Por quê? O Fundo Constitucional não consegue mais garantir o desenvolvimento do Distrito Federal.

Eu quero lançar esta reflexão, para dizer aos senhores que nós precisamos repensar a forma de cálculo da Lei nº 10.633 na questão do reajuste do Fundo Constitucional, para ele pagar tudo aquilo que pagava no início, quando foi criado em 2002.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra ao Sr. Severino Marques, diretor da Nova Central.

SR. SEVERINO MARQUES – Quero aqui cumprimentar a todos, especialmente o nosso ilustre Deputado Ricardo Vale, que com muita inteligência teve a iniciativa de criar esta comissão geral para tratar das questões relativas ao reajuste dos servidores, até então emperrado pelo Governo Rollemberg.

Meus amigos e meus companheiros, trabalhadores públicos distritais. Eu quero cumprimentar, na pessoa do Deputado Ricardo Vale, todos os Deputados aqui

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNARIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA		32

presentes, todos que compõem a Mesa, especialmente o nosso amigo herói da saúde, Dr. Gutemberg, Presidente do Sindicato dos Médicos, e também o nosso companheiro Ibrahim, Presidente do Sindireta. Na pessoa dele, cumprimento todos os trabalhadores públicos distritais. (Palmas.)

Meus amigos, eu não vim aqui para dizer Fora Dilma, nem Fora Temer. Vim para dizer que estamos empenhados na luta centrada em defesa dos trabalhadores públicos distritais, tão martirizados nos últimos tempos pelo governo que se instalou no Buriti. Desde que foi instalada a Nova Capital do Brasil, até então prefeitura do Distrito Federal, não se falava em arrecadação de tributos porque o Governo Federal tinha responsabilidade, a União tinha responsabilidade de manter todos os serviços públicos da Nova Capital em apoio à República que se instalou aqui. Ora, o governo está aí na televisão dizendo que, de cada cem reais arrecadados, oitenta reais são para pagar servidor público. A arrecadação em si deve ser apenas para manter determinados serviços, não para se responsabilizar pela totalidade de toda a máquina pública distrital. Por quê? Porque nós não temos aqui indústria, não temos uma agropecuária de ponta, não temos provisão de serviço de peso. A Capital não abriga as grandes indústrias. Portanto, queremos reajuste salarial ou, então, vamos para as ruas.

Abaixo Rollemberg! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Severino.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário Adjunto de Relações Institucionais e Sociais da Secretaria de Estado da Casa Civil, Sr. Igor Tokarski.

SR. IGOR TOKARSKI – Boa tarde, senhoras e senhores.

Cumprimento o Deputado Ricardo Vale, autor desta belíssima iniciativa de nos reunirmos numa sala para discutir e debater este tema tão sensível a todos nós. Cumprimento os meus amigos integrantes da Mesa, dirigentes valiosos do serviço público do Distrito Federal; a Sra. Rosilene, o Sr. Rodrigo, o Sr. Ibrahim, o Sr. Leandro e o Sr. Gutemberg. Cumprimento também o Deputado Bispo Renato Andrade, os trabalhadores e trabalhadoras do Distrito Federal, os dirigentes sindicais presentes e aqueles que lutam por garantir os direitos dos trabalhadores.

Este governo, eu tenho certeza absoluta, não foge a nenhuma das suas responsabilidades, inclusive as responsabilidades fiscais. Compreendemos o momento. No ano passado, foi compreendido o momento que passávamos: déficit, dívidas, e com a ajuda dos trabalhadores e dos dirigentes sindicais, conseguimos aprovar nesta Casa – na pessoa do Deputado Ricardo Vale, agradecemos o empenho da Câmara Legislativa nesse sentido – o aproveitamento do superávit do Iprev, para que pudéssemos, naquela época, cumprir rigorosamente em dia o pagamento dos salários, até porque nós vivíamos uma peça orçamentária fictícia, que não condizia com a realidade.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	33	

Neste ano, e até antes, no final do ano passado, em 2015, iniciamos diuturnamente, principalmente a equipe econômica deste governo, por prioridades estabelecidas pelo Governador Rodrigo Rollemberg, a busca de garantias e renda – receitas – para a aplicação do reajuste dos servidores. É isso que está acontecendo todos os dias neste governo. Há várias e várias formas de se buscar esse incremento de receita, algumas delas, inclusive, buscando parcerias público-privadas para diminuir o impacto em relação ao custeio, mas também garantir o remanejamento desses recursos, investindo na nossa cidade. Não tenho dúvida de que a melhoria das condições econômicas da cidade passa necessariamente por valorização do servidor público, passa necessariamente por melhorias nas condições de trabalho do servidor público. Está aqui o Subsecretário de Relações do Trabalho e do Terceiro Setor, Márcio Gimene, que tem desempenhado mesas permanentes de diálogo com as direções sindicais, a fim de que possamos melhorar, a cada dia, a realidade dos servidores públicos do Distrito Federal.

Este governo, como eu disse, tem buscado esforços no sentido de cumprir, de atender a necessidade deste reajuste, e um dos mecanismos, Deputado Ricardo Vale, é a aprovação de alguns projetos que ainda estão aqui na Câmara Legislativa. Um deles, por exemplo, é a questão do Refis, que possibilitará o pagamento de dívidas das pessoas físicas e jurídicas com o Estado, por meio de parcelamento com desconto em juros e multas. Outro ponto que também é importante para esse incremento de receita é a possibilidade de desafetação do terreno do Parque do Guarã.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Peço à galeria que respeite a fala do Sr. Secretário, por favor.

SR. IGOR TOKARSKI – O que se buscou sempre, olhando nos olhos de cada um de vocês, foi a transparência e a responsabilidade, a transparência dos números. Por diversas vezes, a Secretaria de Fazenda e a Secretaria de Planejamento já se colocaram à disposição de todas as senhoras e senhores dirigentes sindicais para a apresentação dos números, da realidade instantânea em que se encontra o Governo do Distrito Federal, as contas do governo. O Leandro e o Ibrahim estiveram presentes. Alguns estiveram presentes e puderam ver a realidade em que se encontram essas contas.

Nesse sentido, também buscando esse incremento de receita, o Governador Rodrigo Rollemberg liderou, juntamente com vários governadores, uma nova pactuação frente ao Governo Federal, fazendo com que tivéssemos a capacidade de endividamento do Estado. O Distrito Federal hoje é o que menos deve, mas tem uma possibilidade de garantir crédito para o nosso Estado frente ao Governo Federal, o que possibilitaria uma melhoria das nossas condições, uma melhoria da nossa realidade.

Nesse sentido, cumpre esclarecer que o PLP nº 257 foi enviado pela equipe econômica do governo anterior em função da busca que os governadores tiveram

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	34	

naquele governo. Então, este governo não agirá em momento algum, em qualquer cenário, qualquer ação, em prejuízo aos servidores. Não é essa a proposta do Governador Rodrigo Rollemberg. Tenho certeza absoluta de que hoje, para que nós saíamos dessa situação, é imperiosa a ajuda dos servidores. Se este governo não julgar que esses servidores são importantes neste momento, nós, como cidadãos de Brasília que somos, todos perderemos.

Eu posso dizer a vocês o seguinte: em relação ao Fundo Constitucional, não mudou nada. Em 2015 e 2016, o recurso desse fundo fazia parte do Orçamento do Distrito Federal e agora retorna para a União. Então, o Distrito Federal aponta como será feito o gasto do Fundo Constitucional, mas a contabilidade volta a ser de responsabilidade da União.

Foi dito aqui que o governo perdeu a gerência do Fundo Constitucional. Isso não é verdade, e mais do que isso, de julho do ano passado a julho deste ano, tivemos uma perda de mais de 380 milhões em relação ao Fundo Constitucional. Então, para que possamos novamente ter um incremento dessa participação do Distrito Federal, é necessário que haja um reânimo da economia e, com certeza, isso passa por melhores condições salariais dos servidores.

Deputado Ricardo Vale, para encerrar, eu posso dizer a vocês o seguinte: o Governador os receberá. Receberá os sindicatos, os dirigentes sindicais até o fechamento da folha, que se dá no dia 16, para informar às senhoras e aos senhores a decisão tomada pelo Governo do Distrito Federal. Haverá esse encontro, que não será feito por coletiva de imprensa. Será um encontro com os dirigentes sindicais, onde serão apresentados os números e informadas as condições. A conversa será direta com as senhoras e os senhores dirigentes sindicais, trabalhadores, para que seja dada a informação necessária.

Esse encontro será até o dia 16, pois dia 16 é o dia de encerramento da folha, porque o que foi acordado em 2015 é que o pagamento se daria a partir dos dias trabalhados em outubro. Então, os dias trabalhados em outubro seriam pagos em novembro. Esse foi o acordo. Portanto, até o dia 16 de outubro haverá esse encontro com o Governador Rodrigo Rollemberg para que dele saia a notícia de qual decisão foi tomada.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Quero agradecer ao Secretário Igor.

Realmente a expectativa, tanto da Câmara como dos fóruns e sindicatos, era já sair daqui com a certeza de que o acordo que o governo fez com as categorias, de que o pagamento do reajuste fosse assumido hoje, mas com esse encaminhamento de, até o dia 16, o Governador receber todas as categorias, todos os sindicatos, eu só quero acrescentar, acatando uma ideia da Deputada Erika Kokay, que o governo, antes mesmo de receber essas categorias, recebesse o fórum de deputados distritais e federais. Essa foi uma proposta, uma ideia da Deputada Erika aqui, para a gente

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
22 09 2016	15h20m	81ª SESSÃO ORDINÁRIA	35	

também debater esse assunto com o governo. É lógico que gostaríamos também de, nessa reunião com os sindicatos, estarmos presentes de novo.

Concedo a palavra ao Sr. Leandro Allan, que quer fazer uma consideração.

SR. LEANDRO ALLAN – Eu só quero fazer um adendo. Secretário, nós vamos começar os movimentos grevistas aqui no Distrito Federal no dia 6. Como sugestão dos trabalhadores do sindicato, que o Governador faça essa reunião antes do dia 6 para que a gente tenha uma definição. Então, que o Governador receba os sindicatos antes do dia 6 para dar um posicionamento, porque as greves começarão neste dia. Será um desgaste para os servidores, para o governo e para a população do Distrito Federal, algo que os servidores não querem, mas a que estão sendo obrigados. Então, fica o pedido dos servidores e do Sindicato dos Servidores Públicos do Distrito Federal para que o Governador receba antes do dia 6 os sindicatos.

SR. IGOR TOKARSKI – Essa sugestão do dirigente Leandro levaremos à equipe econômica e ao Governador. Não sei se será possível, Leandro – digo isso de modo muito sincero e franco –, porque, talvez, os números ainda não estarão disponíveis para a tomada de decisão. Caso isso seja possível, eu acho que não haverá nenhum problema. Levaremos o encaminhamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Secretário, a nossa bancada se manifestou aqui – o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Chico Vigilante. O senhor falou sobre a política de arrecadação e disse que o governo precisa de algumas ações da Câmara Legislativa para melhorar a arrecadação. A bancada do Partido dos Trabalhadores tem ajudado muito o governo nesse quesito. Tem sugerido e ajudado aqui numa série de ações.

Eu quero dizer, também, como Parlamentar, ator e proponente dessa audiência que agora nós queremos fazer um processo inverso, ou seja, o governo cumpre o acordo que fez com as categorias e continuaremos a ajudá-lo aqui nesta Casa.

Muito obrigado a todos. Agradecemos aos Parlamentares, às autoridades do governo e aos demais convidados que honraram a Câmara Legislativa com suas presenças. Boa noite a todos vocês. Muito obrigado por terem vindo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta comissão geral, bem como a sessão ordinária que a originou.

(Levanta-se a sessão às 17h47min.)